



prodam

CO/TA-10.03/2021

PROCESSO SEI Nº 7010.2019/0001790-7

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.003/17

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) NO BREAKS TRIFÁSICOS COM CAPACIDADE DE 500 KVA – 220V/127V 60HZ CADA, EM PARALELO REDUNDANTE, COM SEUS SISTEMAS AUXILIARES E ASSOCIADOS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DEMAIS ATIVIDADES NECESSÁRIAS (CO-07.01/2018)

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A, com sede na Avenida Francisco Matarazzo n.º 1500 – Torre Los Angeles, bairro da Água Branca, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 05.001-100, inscrita no CNPJ sob n.º 43.076.702/0001-61, neste ato representada pelos senhores **JORGE PEREIRA LEITE**, Diretor de Administração e Finanças, e **ALEXANDRE GEDANKEN**, Diretor de Infraestrutura e Tecnologia.

CONTRATADA: TRANSFER SISTEMAS DE ENERGIA LTDA., com sede na Rua Padre Arnaldo, n.º 211, Vila Silvania, no Município de Carapicuíba, no Estado de São Paulo, CEP 06321-460, inscrita no CNPJ sob n.º 07.140.762/0001-32, neste ato representada por seu sócio **TEODORO TANGANELLI JÚNIOR**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 20.455.166-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 178.327.818-82.

Com fulcro no Decreto Municipal nº 60.041, de 31 de dezembro de 2020 e no artigo 65, IIº da Lei nº 8.666/93, as partes acima qualificadas resolveram, de comum acordo, ADITAR o Contrato CO-07.01/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – OBJETO

1.1. Constituem objetos do presente Termo Aditivo:

- 1.1.1** A não aplicação de índice de reajuste no período de 03/03/2021 a 02/03/2022 para o Contrato CO-07.01/2018;
- 1.1.2** A inclusão da cláusula X abaixo transcrita, referente a proteção de dados, no Contrato Administrativo CO-07.01/2018, bem como a inclusão do Anexo II - Termo de Responsabilidade de Privacidade da PRODAM-SP no presente instrumento:



prodam

CO/TA-10.03/2021

“CLÁUSULA X - DA PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. A **CONTRATADA**, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, não colocando, por seus atos ou por omissão a **PRODAM-SP** em situação de violação das leis de privacidade, em especial, a **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Dados Pessoais (“LGPD”)**.

10.2. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato, a **CONTRATADA** deverá adequar-se às condições vigentes. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato conforme as disposições acordadas, a **PRODAM-SP** poderá resolvê-lo sem qualquer penalidade, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente os valores devidos correspondentes.

10.3. A **CONTRATADA** se compromete a:

- i) Zelar pelo uso adequado dos dados aos quais venha a ter acesso, cuidando da sua integridade, confidencialidade e disponibilidade, bem como da infraestrutura de tecnologia da informação;
- ii) Seguir as instruções recebidas da **PRODAM-SP** em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar à **PRODAM-SP**, aos seus colaboradores, clientes e fornecedores, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis;
- iii) Responsabilizar-se, quando for o caso, pela anonimização dos dados fornecidos pela **PRODAM-SP**;
- iv) A **CONTRATADA** deverá notificar a **PRODAM-SP** em 24 (vinte e quatro) horas: (i) sempre que souber ou suspeitar que ocorreu um incidente de segurança, ou uma violação à Lei Geral de Proteção de Dados; (ii) de qualquer violação de segurança na **CONTRATADA** ou nos seus Suboperadores; (iii) de quaisquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (iv) ou, em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente;
- v) A **CONTRATADA** deverá notificar a **PRODAM-SP** sobre quaisquer solicitações dos titulares de Dados Pessoais que venha a receber, como, por exemplo, mas não se limitando, a questões como correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados, e sobre as ordens de tribunais, autoridade pública e regulamentadores competentes, e quaisquer outras exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas pelo mesmo;
- vi) Auxiliar a **PRODAM-SP** com as suas obrigações judiciais ou administrativas aplicáveis, de acordo com a LGPD e outras leis de privacidade aplicáveis, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.

10.4. A **CONTRATADA** deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado para o



prodam

CO/TA-10.03/2021

tratamento de Dados Pessoais é estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, os padrões de boas práticas de governança e os princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

10.5. A PRODAM-SP terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a CONTRATADA possui perante a LGPD e este Contrato.

10.6. A CONTRATADA declara conhecer e que irá seguir todas as políticas de segurança da informação e privacidade da PRODAM, bem como realizará treinamentos internos de conscientização a fim de enviaar os maiores esforços para evitar o vazamento de dados, seja por meio físico ou digital, acidental ou por meio de invasão de sistemas de software.

10.7. O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da PRODAM-SP ou dos clientes desta para a CONTRATADA.

10.8. A PRODAM-SP não autoriza a CONTRATADA a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados Pessoais, estabelecido por este Contrato.

10.9. A CONTRATADA declara ter lido e aceitado o Termo de Responsabilidade de Privacidade da PRODAM-SP - ANEXO II."

CLÁUSULA II – DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA X - FORO

2.1. Em razão da inclusão da Cláusula X no contrato original CO-07.01/2018, fica a Cláusula do Foro retificada no seguinte sentido:

"CLÁUSULA XI – FORO

11.1. *As partes elegem o Foro Cível da Comarca da Capital de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir no decorrer da execução deste contrato."*

CLÁUSULA III – DO VALOR

3.1. Em razão da não aplicação de reajuste prevista na Cláusula I, item 1.1.1, deste instrumento, o valor total do presente contrato passa a ser **R\$ 1.993.782,24 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**, conforme planilha financeira anexa (doc. SEI nº 040419129).



proclam

CO/TA-10.03/2021

CLÁUSULA IV – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ratificam-se e deverão ser observadas como parte integrante deste instrumento as demais cláusulas e condições do contrato original CO-07.01/2018 que não foram alteradas pelo presente.

E, por estarem entre si justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo em duas (duas) vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo.

São Paulo, 15 de março de 2021.

CONTRATANTE:

JORGE PEREIRA LEITE:69813922834
Assinado de forma digital por JORGE PEREIRA LEITE:69813922834
Dados: 2021.03.22 19:35:52 -03'00'

JORGE PEREIRA LEITE

Diretor de Administração e Finanças
ALEXANDRE
Assinado de forma digital por ALEXANDRE
GEDANKEN:4282132043
Dados: 2021.03.30 08:20:08 -03'00'

4

ALEXANDRE GEDANKEN

Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

CONTRATADA:

TEODORO TANGANELLI
Assinado de forma digital por TEODORO TANGANELLI JUNIOR:17832781882
Dados: 2021.03.19 10:23:56 -03'00'

TEODORO TANGANELLI JÚNIOR

Sócio

TESTEMUNHAS:

1. JANAINA MACENA SARAIVA
Assinado de forma digital por JANAINA MACENA SARAIVA TANGANELLI:29951261884
Dados: 2021.03.19 10:24:24 -03'00'

2. MARCIO RODRIGUES PEREIRA
Assinado de forma digital por MARCIO RODRIGUES PEREIRA MENDES:18419072869
Dados: 2021.03.20 16:04:29 -03'00'



prodam

CO/TA-10.03/2021

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRIVACIDADE DA PRODAM-SP S/A

A **PRODAM – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ Nº 43.076.702/0001-61, com sede na Avenida Francisco Matarazzo nº 1.500 - São Paulo/SP, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **TRANSFER SISTEMAS DE ENERGIA LTDA**, sediada na Rua Padre Arnaldo, n.º 211, Vila Silvania, no Município de Carapicuíba, no Estado de São Paulo, CEP 06321-460, inscrita no CNPJ sob n.º 07.140.762/0001-32, doravante denominada **CONTRATADA**;

Considerando que, em razão do Contrato nº **07.01/2018** doravante denominado Contrato Principal, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, cujos tratamentos são realizados e/ou definidos pela **CONTRATANTE**;

Considerando a necessidade de adequação de todas as empresas, de direito público ou privado, que tratem dados pessoais à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)**;

Considerando o **Decreto Municipal n.º 59.767 de 15 de setembro de 2020**, que regulamenta a **Lei 13.709/2018**;

Considerando que a **CONTRATANTE** atuará como **CONTROLADORA** dos dados pessoais e a **CONTRATADA** será sua **OPERADORA**.

Resolvem celebrar o presente Termo de Responsabilidade de Privacidade, doravante, vinculado ao Contrato Principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste **TERMO** o estabelecimento de condições específicas de tratamento de dados pessoais, regulamentando as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis, disponibilizadas pela **CONTRATANTE**, por força dos tratamentos de dados necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a **Lei Federal 13.709/2018 (LGPD)**.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste **TERMO**, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;



proclam

CO/TA-10.03/2021

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. **CONTRATANTE;**

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. **CONTRATADA;**

Encarregado ou Data Protection Officer (DPO): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este **TERMO** se vincula.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

Parágrafo Primeiro – a **CONTRATADA** deve tomar as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a confiabilidade de qualquer empregado, agente ou contratado/terceiro, de qualquer espécie, que possa ter acesso aos Dados Pessoais de responsabilidade da **CONTRATANTE**, garantindo em cada caso que o acesso seja estritamente limitado aos indivíduos que precisam tratar os Dados Pessoais, conforme estritamente necessário para os fins do Contrato Principal e para cumprir as Leis aplicáveis, garantindo que todos os empregados, agentes ou contratados/terceiros estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou profissionais ou obrigações legais de confidencialidade.

Parágrafo Segundo – a **CONTRATADA** apenas tratará dados pessoais de acordo com as instruções da **CONTRATANTE**, não os tratando sem um acordo prévio por escrito ou sem instruções por escrito, salvo nos limites necessários para cumprir suas obrigações para com a **CONTRATANTE**, nos termos do Contrato Principal, informando, neste último caso, à **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro – a **CONTRATADA** deve, por meio de medidas planejadas, sistemáticas, organizacionais e técnicas, garantir a segurança da informação apropriada no que diz respeito à confidencialidade, integridade e acessibilidade, em vinculação com o tratamento de dados pessoais, de acordo com as disposições de segurança da informação da **Lei 13.709/2018**.

Parágrafo Quarto – a **CONTRATADA** não deve divulgar nenhum dado pessoal, salvo para subcontratados ou fornecedores necessários para prestação do Serviços, hipótese em que a **CONTRATADA** será responsável pelos atos desses prestadores.

Parágrafo Quinto – a **CONTRATADA** deverá, prontamente e a partir de qualquer solicitação da **CONTRATANTE**, efetuar a anonimização, exclusão e/ou a devolução dos dados pessoais da **CONTRATANTE** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de solicitação, excluindo toda e qualquer cópia desses dados pessoais que, porventura, tenha em seu poder ou tenha transferido por solicitação da **CONTRATANTE**.



proclam

CO/TA-10.03/2021

Parágrafo Sexto – a **CONTRATANTE** deverá indicar o Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, de forma clara e objetiva, divulgando forma de contato rápida à **CONTRATANTE**, para prestar esclarecimentos, adotar providências, receber comunicações e notificações, orientar os empregados, agentes ou contratados/terceiros da **CONTRATADA**, bem como efetuar as demais atribuições previstas em lei ou determinadas pela **CONTRATANTE**.

Cláusula Quarta – DAS DIVERGÊNCIAS NO TRATAMENTO E VIOLAÇÃO DE DADOS

Parágrafo Primeiro – qualquer uso de sistemas de informação, medidas técnicas e administrativas, bem como o tratamento, incluindo sua transferência, dos Dados Pessoais em desacordo com Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), serão tratadas como divergências no tratamento.

Parágrafo Segundo – a **CONTRATADA** deve estabelecer rotinas e processos sistemáticos para acompanhar, registrar e informar eventuais divergências no tratamento. Havendo divergência no tratamento a **CONTRATANTE** deve ser informada imediatamente.

Parágrafo Terceiro – a **CONTRATADA** notificará imediatamente a **CONTRATANTE** de qualquer violação deste Termo de Responsabilidade de Privacidade ou de acesso acidental, ilegal ou não autorizado, uso ou divulgação de dados pessoais, ou quando os dados pessoais possam ter sido comprometidos ou qualquer tipo de violação da integridade de tais dados que possa causar prejuízos ou penalizações à **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** fornecerá à **CONTRATANTE** todas as informações necessárias para permitir o cumprimento às legislações e regulamentos de proteção de dados aplicáveis, auxiliando para que a **CONTRATANTE** responda a quaisquer consultas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou outras autoridades a que a **CONTRATANTE** esteja relacionada.

I – A **CONTRATADA** deve cooperar com a **CONTRATANTE**, sempre que possível, e tomar as medidas comerciais, administrativas e técnicas razoáveis, conforme orientado pela **CONTRATANTE**, para auxiliar na investigação, mitigação e correção de violação de dados pessoais quando ocorrido em virtude da prestação do serviço fornecido pela **CONTRATADA**.

Cláusula Quinta – CONFIDENCIALIDADE, COMUNICAÇÕES E VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro - a **CONTRATADA** deverá manter a confidencialidade de todos os dados, pessoais ou não, conforme o Termo de Confidencialidade assinado entre as partes.

Parágrafo Segundo - Todas as notificações e comunicações fornecidas e trocadas entre as partes devem ser por escrito e serão entregues pessoalmente, enviadas por correio, por e-mail ou outro meio eletrônico, conforme estabelecido no Contrato Principal.

Parágrafo Terceiro - O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até o final do Contrato Principal.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

Parágrafo Único – Qualquer divergência no tratamento dos dados, bem como violações aos dados pessoais, devidamente comprovada como sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** e apuradas em regular processo administrativo ou judicial, possibilitará a aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratem desse assunto, podendo até



proclam

CO/TA-10.03/2021

culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as **PARTES**. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos diretos sofridos pela **CONTRATANTE**, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, previstas nas **Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.520/2002**;

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto à proteção e privacidade de dados, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a **CONTRATADA** manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

II – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

III – O presente **TERMO** somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

IV – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **CONTRATADA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste **TERMO**, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

V – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a **CONTRATADA**, será incorporado a este **TERMO**, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de termo aditivo ao Contrato Principal;

VI – Este **TERMO** não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações sigilosas ou dados pessoais para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.



proclam

CO/TA-10.03/2021

Parágrafo Quarto – Estabelecidas as condições no presente Termo de Responsabilidade de Privacidade, a **CONTRATADA** concorda com os termos da declaração acima, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e plenamente capacitada a prestar o serviço contratado.

São Paulo, _____.

TEODORO TANGANELLI
JUNIOR:17832781882

Assinado de forma digital por TEODORO
TANGANELLI JUNIOR:17832781882
Dados: 2021.03.19 10:25:01 -03'00'

(assinatura do representante legal da CONTRATADA)

PLANILHA FINANCEIRA - DECRETO MUNICIPAL Nº 60.041/2020

MODALIDADE DE SELEÇÃO: PE-08.003/17

Nº DO CONTRATO: CO-07.01/18

CONTRATADA: TRANSFER SISTEMAS DE ENERGIA LTDA.

OBJETO: Locação de dois NO-BREAKS trifásico, com capacidade de 500KVA - 220V/127V, instalação e manutenção.

RENEGOCIAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA: DE 03/03/2021 A 02/03/2022

CONFORME CLÁUSULA IV - PREÇO - ITEM 4.5

MÊS	IPC-FIPE	
	ÍNDICE	ACUMULADO
nov/19	0,68%	0,68
dez/19	0,94%	1,63
jan/20	0,29%	1,92
fev/20	0,11%	2,03
mar/20	0,10%	2,14
abr/20	-0,30%	1,83
mai/20	-0,23%	1,59
jun/20	0,39%	1,99
jul/20	0,25%	2,25
ago/20	0,78%	3,04
set/20	1,12%	4,20
out/20	1,19%	5,41

CONFORME CLÁUSULA IV - PREÇO

PERÍODO	VALOR (R\$)	
	MENSAL	ANUAL
De 03/03/2019 a 02/03/2020	54.304,00	651.648,00
De 03/03/2020 a 02/03/2021	55.922,26	671.067,12
De 03/03/2021 a 02/03/2022	55.922,26	671.067,12
TOTAL		1.993.782,24

CONFORME CLÁUSULA IV - PREÇO

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO PARA O PERÍODO

1.993.782,24

CONFORME CLÁUSULA VI - GARANTIA CONTRATUAL

GARANTIA CONTRATUAL DE 5% SOBRE O VALOR CONTRATADO

99.689,11

OBSERVAÇÕES

Planilha Financeira de apuração de economia com a renegociação de contratos, conforme Decreto Municipal nº 60.041/2020, conforme solicitado pelo GFC/NAC (040407858). Valor apurado pela não aplicação do reajuste de preços de 5,41%, a partir de 03/03/2021 e demais informações contidas no SEI nº 7010.2019/0001790-7.

PERÍODO	VALOR (R\$)	
	MENSAL	TOTAL
De 03/03/2019 a 02/03/2020	54.304,00	651.648,00
De 03/03/2020 a 02/03/2021	55.922,26	671.067,12
De 03/03/2021 a 02/03/2022	58.947,65	707.371,80
Total Atualizado		2.030.086,92
Total Negociado		1.993.782,24
Economia Apurada		36.304,68

Decreto Municipal nº 60.041/2020		
Saldo Residual do Contrato (em 03/03/2021)	671.067,12	100,00%
Economia	36.304,68	5,41%

março-21

FJVN

CONTRATADA: BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CNPJ Nº: 40.184.046/0001-22
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DO ENCERRAMENTO CONTÁBIL DE 2020 DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DAS NOTAS EXPLICATIVAS E REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DA ECD RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020 E REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DA ECD RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020 COM ASSINATURA DIGITAL (ECPF) PARA TRANSMISSÃO DA ECD POR CONTADOR DA CONTRATADA.

VALOR: R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 6 (SEIS) MESES, CONTADOS DA DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

CO/TA-09.03/2021
PROCESSO SEI Nº 7010.2020/0003612-1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.003/2020
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 60.041, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E ARTIGO 81, § 5º DA LEI Nº 13.303/16.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.

CONTRATADA: C. GALATI EIRELI - EPP.
CNPJ Nº 06.556.008/0001-15.

OBJETOS:
(I) A REDUÇÃO DE 1,76% (UM VÍRGULA SETENTA E SEIS POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO CO 06.11/2020;
(II) A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA IX – DA PROTEÇÃO DE DADOS, 9.3, IV, DO CONTRATO CO 06.11/2020.
VALOR: R\$ 616.031,91 (SEISCENTOS E DEZESESSE MIL, TRINTA E UM REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

CO/TA-17.03/2021
PROCESSO SEI Nº 7010.2020/0005681-5
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02.004/2021
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 60.041, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E NO ARTIGO 81, § 5º DA LEI Nº 13.303/16.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.

CONTRATADA: MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP.

CNPJ Nº 08.219.232/0001-47.

OBJETOS:
(I) A REDUÇÃO DE 1,67% (UM VÍRGULA SEXTENTA E SETE POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO CO-01.02/2021;
(II) A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA VIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS, 8.3, IV, DO CONTRATO CO-01.02/2021;
(III) A INCLUSÃO DO ITEM 8.9 NO CONTRATO ORIGINÁRIO.
VALOR: R\$ 28.025,00 (VINTE E OITO MIL E VINTE E CINCO REAIS).

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

CO/TA-13.03/2021
PROCESSO SEI Nº 7010.2020/0000749-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06.001/17
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 60.041, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E ARTIGO 65, II DA LEI Nº 8.666/93.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.

CONTRATADA: LABFIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.-EPP.

CNPJ Nº 61.413.134/0001-29.

OBJETOS:
(I) A REDUÇÃO DE 2,59% (DOIS VÍRGULA CINQUENTA E NOVE POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO CO-21.08/2017;
(II) A INCLUSÃO DA CLÁUSULA XI, REFERENTE A PROTEÇÃO DE DADOS, NO CONTRATO CO-21.08/2017, BEM COMO A INCLUSÃO DO ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRIVACIDADE DA PRODAM-SP NO PRESENTE INSTRUMENTO.
VALOR: R\$ 137.100,06 (CENTO E TRINTA E SETE MIL, CEM REAIS E SEIS CENTAVOS).

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

CO/TA-10.03/2021
PROCESSO SEI Nº 7010.2019/0001790-7
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.003/17
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 60.041, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E ARTIGO 65, II DA LEI Nº 8.666/93.

CONTRATANTE: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.

CONTRATADA: TRANSFER SISTEMAS DE ENERGIA LTDA.
CNPJ Nº 07.140.762/0001-32.

OBJETOS:
(I) A NÃO APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE REAJUSTE NO PERÍODO DE 03/03/2021 A 02/03/2022 PARA O CONTRATO CO-07.01/2018;

(II) A INCLUSÃO DA CLÁUSULA X, REFERENTE A PROTEÇÃO DE DADOS, NO CONTRATO CO-07.01/2018, BEM COMO A INCLUSÃO DO ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRIVACIDADE DA PRODAM-SP NO PRESENTE INSTRUMENTO.

VALOR: R\$ 1.993.782,24 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).

SÃO PAULO OBRAS

GABINETE DO PRESIDENTE

CONCORRÊNCIA Nº 034200420 - PROCESSO SEI Nº 7910.2020/00000000473-7

OBJETO: Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas para prestação de serviços de elaboração de projetos de engenharia da Ligação Viária – Prolongamento Da Avenida Auro Soares De Moura Andrade, da passagem em desnível de interligação da avenida santa marina, da implantação do trecho a ser relocado da linha 8 – diamante da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e das vias complementares de conexão com sistema viário existente.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Permanente de Licitações, com base no Relatório de Análise das Propostas Técnicas, emitido pelo Grupo Técnico, juntado ao respectivo Processo SEI decidiu:

1 – **DECLASSIFICAR** a proposta do **CONSÓRCIO CFG (CEPLA/ FUTURE ATP/ GPO SISTRAN)**, nos termos do item 15.3.3, pois obteve nota zero no quesito "N2d", por deixar de atender a exigência do item 11.2, "d" do Edital.

II) **CLASSIFICAR** as propostas dos demais licitantes, cujas notas técnicas são: **CONSÓRCIO ECR/ CONTROL TEC/ TEKNHITE - NT: 81,5**; **CONSÓRCIO E (EGIS/ SENER SETEPLA) – NT: 89,0**; **CONSÓRCIO PROJETISTA AURO SOARES NEHM (NOVA ENGEVIX/ HIDROCONSULT/ MAUBERTEC) – NT: 83,0**; **SETEC HIDROBRASILEIRA OBRAS E PROJETOS LTDA – NT: 79,0** e **SYSTRA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – NT: 77,0**.

A Ata de Julgamento, bem como as razões desta decisão encontram-se disponíveis para consulta nos autos do Processo SEI 7910.2020/00000000473-7, a partir da data desta publicação, dando-se início ao prazo recursal, nos termos do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93. A consulta ao processo deverá ser solicitada através do e-mail licitacoes@spobras.sp.gov.br., para que seja liberada a chave de acesso.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 6067.2020/0018979-1
CONTRATO Nº 1101730200

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial presencial desarmada, executados de forma contínua à SPObras, realizados por meio de Posto Fixo e em Ronda Móvel Motorizada, nos locais e quantidades indicados, na região da Operação Urbana Água Espraiada – OUCAE, conforme descrição no Anexo I – Termo de Referência, Anexo A e B, parte integrante do Contrato.

CONCESSÃO DE VISTA E REABERTURA DE PRAZO RECURSAL

Tendo em vista que a Hedge Segurança e Vigilância Eireli, por questões de ordem técnica não teve acesso ao Processo SEI nº 6067.2020/0018979-1, que apura irregularidades cometidas na execução do Contrato nº 1101730200, em especial o descumprimento do quanto disposto no item 9.1.15 da Cláusula Nona do Contrato em referência, em razão da falta do pagamento dos direitos trabalhistas, especificamente do pagamento da cesta básica aos empregados disponibilizados para execução dos serviços contratados, a São Paulo Obras – SPObras está concedendo vista do Processo SEI nº 6067.2020/0018979-1 por meio da chave de acesso, fornecida em correspondência própria.

Desta forma, além da concessão da vista do referido processo, fica reaberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para que a Hedge Segurança e Vigilância Eireli possa protocolar recurso administrativo.

Diretor Administrativo e Financeiro

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO

GABINETE DO PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Eletrônico nº: 8610.2020/0001698-2
Extrato do Termo de Contrato nº 41/2021/SpCine

Contratante: Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.-SpCine., inscrita no CNPJ sob o nº 11.452.317/0001-85
Contratada: BIANCA LANZELOTTI PEDRO, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 106.187.177-06

Objeto: O presente tem por objeto oferecer aos vencedores dos editais 2020 da SpCine o workshop "Da arte ao business – Uma introdução ao Product Placement e outras formas de inserções comerciais"

Parágrafo único. Durante 4 aulas de 2h de duração, Bianca Lanzelotti Pedro e Bruno Pimentel, sócios fundadores da consultoria comercial, vão mostrar que é possível expandir a parceria entre o audiovisual e o investimento privado, para além do Branded Content. Entre os assuntos tratados estão os diferentes formatos de inserção comercial, um panorama geral sobre a história do Product Placement, as leis e regulamentações que os regem, cases famosos, depoimento de autores e diretores e exercícios práticos. Serão 7 encontros diários de 2 horas, com início no dia 08/03 até o dia 16/03, conforme plano de trabalho e cronograma comumente acordado pelas Partes no processo SEI em referência e que integra o presente independente de transcrição

Valor: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
Prazo de Vigência: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o prazo de 60 dias ou até a entrega, aceite do objeto em sua integralidade conforme cronograma físico-financeiro e pagamento.

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente: Milton Leite

GABINETE DO PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO - SGP-4

PROJETOS APRESENTADOS CONFORME O PRECEDENTE REGIMENTAL Nº 1/2020, DISPENSADA A LEITURA NO PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE

PROJETO DE LEI 01-00195/2021 do Vereador Rubinho Nunes (PATRIOTA)

"Dispõe sobre a utilização de veículos destinados ao transporte escolar em outras finalidades, durante a situação de emergência decretada para enfrentamento da Covid-19, inclusive durante os finais de semana, feriados e férias escolares, no âmbito do município de São Paulo.

Art. 1º Fica permitida a utilização de veículos destinados ao transporte escolar em outras finalidades de transporte, durante a situação de emergência decretada para enfrentamento da Covid-19, inclusive durante os finais de semana, feriados e férias escolares, no âmbito do município de São Paulo.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se veículo destinado ao transporte escolar:

- I - van;
- II - ônibus;
- III - micro-ônibus.

§ 2º Para os efeitos desta regra, consideram-se, de forma exemplificativa, outras finalidades de transporte:

- I - transporte de pessoas;
- II - transporte de mercadorias;
- III - outras finalidades equiparadas, eventualmente constantes da legislação estadual e federal.

§ 3º A permissão de que trata este artigo é válida para os prestadores de serviço de transporte escolar que tenham inscrição nos cadastros do Município de São Paulo.

Art. 2º Durante a situação de emergência decretada para enfrentamento da Covid-19, o Poder Executivo fica autorizado a contratar diretamente os transportadores escolares, sem a necessidade de intermediação de cooperativas e/ou associações.

Art. 3º - Esta lei poderá ser regulamentada no que couber, baixando-se as normas que se fizerem necessárias.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Sala de Reuniões, São Paulo, 05 de abril de 2021.

As Comissões competentes."

"JUSTIFICATIVA

É sabido que a atividade dos condutores de transporte escolar foi paralisada em razão da pandemia da Covid-19 e que, até o presente momento, não há previsão exata de retorno.

Nais trabalhadores tiveram seus contratos suspensos e/ou cancelados e muitos permanecem com a obrigação de arcar com as parcelas do financiamento de seus veículos que utilizam como meio de trabalho.

Pensando nisso, nada mais justo que se permita aos condutores de transporte escolar a utilizarem seus veículos durante o enfrentamento da pandemia para transporte de passageiros não-escolares e mercadorias, dentre outras finalidades.

O município tem autonomia administrativa e legal para tratar do assunto de forma a contribuir para a classe dos condutores de transporte escolar, garantindo a sobrevivência destes trabalhadores neste momento tão delicado.

Observe-se, ademais, que em nenhum momento a proposta implica em prejuízos ao erário do município. Ao contrário, além de não gerar nenhum impacto negativo/redução na arrecadação tributária, também poderá auxiliar no aumento da arrecadação, tendo em vista o maior incentivo à exploração do meio de sustento dos transportadores escolares durante os períodos não letivos e na pandemia.

Anoto que o presente projeto não trata de matéria expressa no rol de iniciativa reservada ao Chefe do Executivo nos termos do art. 61, § 1º da CF, repetida no art. 144 da Constituição Bandeirante, nos estritos termos do Tema de Repercussão Geral do STF nº 917.

O Projeto enaltece o valor social do trabalho e propicia a liberdade de iniciativa aos transportadores escolares, em atendimento aos fundamentos constitucionais presentes no artigo 1º, da Carta Magna.

A propositura homenageia o artigo 3º, da Declaração de Direito da Liberdade Econômica (lei federal número 13.874/19), que sustenta que "são direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal: desenvolver atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica (inciso I) e desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, sem que para isso esteja sujeita a cobranças ou encargos adicionais (inciso II).

Também nesse sentido, a citada Lei da Liberdade Econômica estabelece, em seu artigo 4º, inciso III, que "é dever da administração pública e dos demais entes que se vinculam ao disposto nesta Medida Provisória, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Medida Provisória versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente (...) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado".

Ainda, o presente projeto encontra total fundamento no condão suplementar da legislação federal, em especial, o transporte público local.

Forte nos motivos acima, conclamo o apoio dos Nobres Vereadores desta Câmara Municipal para a aprovação do presente projeto."

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 02-00010/2021 do Vereador Celso Giannazi (PSOL)

"Susta integralmente o Decreto nº 60.158, de 31 de março de 2021, que "Regulamenta a retomada das aulas após a fase emergencial do Plano São Paulo do governo do estado de São Paulo".

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - Fica sustado integralmente o Decreto nº 60.158, de 31 de março de 2021, que "Regulamenta a retomada das aulas após a fase emergencial do Plano São Paulo do governo do estado de São Paulo".

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, às Comissões competentes."

"JUSTIFICATIVA

Em meio a um grande aumento do número de internações e mortes pela COVID-19, foi apresentada no dia 01/04/2021, o decreto nº 60.158 regulamentando a retomada das aulas presenciais a partir do dia 12/04/2021 se não houver prorrogação da fase emergencial, com portaria que dispôs sobre protocolos de funcionamento das escolas no Município de São Paulo em função das orientações da Vigilância Sanitária, os quais já ficaram claros que é impossível serem seguidos uma vez que após retomada das aulas presenciais em diversos estados brasileiros estamos enfrentando a pior onda de mortalidade devido o contágio do SARS-CoV-2 (COVID-19).

No dia anterior a publicação deste foram registradas 3.950 mortes "País contabilizou 12.753.258 casos e 321.886 óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa. Foram 3.950 mortes registradas em 24 horas, um novo recorde. Março teve mais do que o dobro de mortes de julho de 2020, o 2º pior mês da pandemia."¹ Essa mesma reportagem ressalta que apenas 8,32% da população brasileira recebeu a primeira dose da vacina e desses 2,4% receberam a segunda dose, ou seja, ainda estamos longe de atingir uma porcentagem segura de imunização e a vacinação prioritária dos profissionais da educação está prevista para começar dia 12/04/2021 com a faixa etária acima de 47 anos, o que acentua o perigo de exposição ao vírus de todos aqueles que forem presencialmente para as unidades escolares.

Diante do caos no sistema de saúde não há como prever o retorno das aulas presenciais de maneira segura, pois os esforços deveriam estar concentrados em manter a população segura, garantindo acesso aos programas sociais como:

- um auxílio emergencial que de fato garanta condições das famílias fazerem o isolamento social nesse momento de crise sanitária, pois há estudo indicativo que 66% das vítimas de covid vivem com uma média salarial de até 3 mil reais;
- condições para o ensino remoto a todos com a distribuição dos tablets já adquiridos;
- plano de readequação do transporte público, visto que é fundamental controlarmos a circulação do vírus e garantir segurança para as pessoas que estão em trânsito por atividades como saúde e assistência social;
- reajuste do cartão merenda para garantia da segurança alimentar dos alunos;
- por fim, a garantia da participação de toda comunidade escolar nesse planejamento.

Precisamos ressaltar que equipe gestora e quadro de apoio à Educação ficaram durante todo o período pandêmico em plantões desnecessários e que houve retorno presencial das aulas de reforço no dia 11 de janeiro, sem planejamento junto com as unidades escolares, sem análise das avaliações diagnósticas, ou seja, de maneira arbitrária e novamente desnecessária.

Durante todos esses meses de pandemia, não houve reformas e adequações nas escolas, as chamadas dos concursados para suprir o déficit de equipes gestores, professores e Quadro de Apoio ainda não possibilitaram que o início de exercício fosse efetivado, pois a autorização para ingresso ou acesso de 2690 aprovados foi publicada no Diário Oficial do Município dia 29/01/2021, mas todo o trâmite ainda não foi realizado mesmo dois meses após a autorização, os contratos de limpeza e merenda não foram readequados para atender os novos protocolos de saúde, nem foram disponibilizados equipamentos de proteção para garantir a segurança de todos.

Devemos ressaltar que nesse momento as escolas fechadas, salvam vidas!

Esses são alguns dos diversos pontos que ratificam a necessidade da sustação desse decreto."

¹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/31/brasil-registra-quase-4-mil-mortes-por-covid-no-dia-e-fecha-pior-mes-da-pandemia-com-668-mil-obitos.ghtml>, acessado em 01/04/2021, às 15h26min

² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghtml>, acessado em 01/04/2021, às 15h40min"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 02-00011/2021 do Vereador Professor Toninho Vespoli (PSOL)

"Suspense a Instrução Normativa SME nº 8, de 31 de Março de 2021, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - Fica suspensa a Instrução Normativa SME nº 8, de 31 de Março de 2021, que "ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 7/2021, QUE DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PERÍODO DE RECESSO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DIRETAS, INDIRETAS E PARCEIRAS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PANDEMIA DECORRENTE O CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São Paulo, 05 de abril de 2021.

As Comissões competentes."

"JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de decreto legislativo com o objetivo de suspender a Instrução Normativa SME nº 8, de 31 de Março de 2021, que "ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 7/2021, QUE DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PERÍODO DE RECESSO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DIRETAS, INDIRETAS E PARCEIRAS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PANDEMIA DECORRENTE O CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Instrução Normativa objeto da presente propositura, possibilita que a retomada das aulas presenciais na rede municipal de educação ocorra em 12/04/2021. O Estado de São Paulo e a Capital paulista vivem hoje o pior momento da pandemia de Covid-19. De acordo com dados de 03/04/2021, o Município de São Paulo possui uma taxa de ocupação de 93% de seus leitos de UTI¹

A suspensão de aulas é uma medida tão importante em um cenário epidêmico, que foi a primeira a ser adotada, tanto pelo Estado quanto pela Capital, antes mesmo do fechamento do comércio e serviços e demais medidas. Obviamente, a retomada das aulas presenciais é algo que deve ser estudado minuciosamente, não é medida que deva ser tomada por pressão de entidade do setor privado, que preocupa-se apenas com seus lucros, e não com a integridade e a saúde de seres humanos.

Assim, uma ação tão delicada como a retomada de aulas no Município de São Paulo, frise-se um dos mais afetados pela pandemia em todo o país, deve ter como base fundamentos científicos, como os que ensejaram sua interrupção.

Ante a relevância da matéria, esperamos a colaboração do Egrégio Plenário para que este projeto seja aprovado.

¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/03/capital-paulista-tem-8-hospitais-municipais-com-100percent-de-leitos-de-uti-ocupados-taxa-de-ocupacao-na-cidade-chega-a-93percent.ghtml>

OFÍCIO RECEBIDO PARA PUBLICAÇÃO 15-00116/2021

"PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Gabinete do Prefeito
Núcleo de Preparo e Registro de Atos Oficiais
Ofício ATL SEI nº 041565702
Ref.: Ofício ATL SEI nº 041253715
Senhor Presidente,

Encontrando-se em tramitação nessa Egrégia Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 177/21, que institui o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 - PPI 2021, altera a legislação tributária municipal e dá outras providências, venho pelo presente, com a finalidade de melhor instruir a proposta, solicitar a anexação ao mencionado PL da documentação ora encaminhada que trata dos estudos e justificativas realizados pela Secretaria Municipal da Fazenda em três documentos: exposição de motivos, justificativa e impacto sobre remissão de Alls e estimativa de impacto orçamentário, efeitos presentes nas disposições apresentadas.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

BRUNO COVAS
Prefeito
Ao
Excelentíssimo Senhor
MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
"PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PREFEITO

Núcleo de Preparo e Registro de Atos Oficiais
Informação PREF/CASA CIVIL/ATL/PREAO Nº 041558983
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Capítulo I - Programa de Parcelamento Incentivado de 2021
Como é cediço, a pandemia da COVID-19 ocasionou uma grave crise econômica e social no Brasil no ano de 2020, na esteira da adoção, pelos Estados e Municípios, das necessárias medidas de distanciamento social a fim de combater a disseminação do coronavírus, as quais ensejaram paralizações momentâneas das atividades econômicas consideradas não essenciais, e, como consequência, afetaram o resultado do Produto Interno Bruto no referido exercício, que, segundo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recuou 4,1%.

Certo é que a cidade de São Paulo também foi impactada de forma muito relevante pela pandemia no ano de 2020, e vivencia atualmente um aumento significativo dos casos de COVID-19, assim como todo o país, o que torna novamente imprescindível a adoção de medidas de contenção da propagação do vírus, que trarão consigo implicações inescapáveis no tocante ao regular funcionamento da economia, com a consequente queda da atividade econômica.

Nesse contexto, afigura-se provável que os contribuintes e municípios paulistanos apresentem dificuldades em adimplir suas obrigações junto à Prefeitura, o que poderá causar frustração da arrecadação para o exercício de 2021 (em um momento em que a pressão por gastos públicos será cada vez maior), sendo razoável, assim, a adoção de providências no sentido de mitigar parcialmente os efeitos causados pela pandemia.

Algumas medidas foram adotadas já no ano de 2020, como aquelas previstas no Decreto nº 59.326, de 02 de abril de 2020, a exemplo da prorrogação da validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, e da suspensão da inclusão de pendências no Cadastro Informativo Municipal - CADIN, que ainda se encontram em vigor, mas que, reconhece-se, não mais se apresentam suficientes.